



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

Div. de Processamento de Acordãos - DIPAR  
Processo: 2004.001.11027  
Folhas : 143190/143196  
Registrado em 23/07/2004 Por: LZT



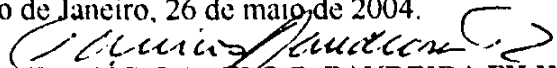
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

17ª CÂMARA CÍVEL  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004  
RELATOR: Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO

Direito à imagem. Publicação de duas fotografias de conhecida atriz, com os seios desnudos, em revista de grande circulação. Danos materiais e morais reclamados. Fotografias sem qualquer apelo erótico, dada à falta de nitidez das mesmas, uma vez que foram tiradas de imagens de televisão congeladas, que apenas ilustraram artigo sobre seriado levado ao ar. Revista semanal que, a par de publicar reportagens e entrevistas diversas, possui seções dedicadas a comentários sobre artes, literatura e lazeres, não se inserindo no que publica qualquer chamamento ao erotismo. Intuito de lucro, com o aumento da vendagem de exemplares e o incremento de anunciantes, que não se vislumbra, não havendo na capa da revista ou no seu índice qualquer indicação quanto ao nome da atriz e as fotos. Imagens do conhecimento público, amplamente divulgadas pela televisão. Direito à preservação da imagem e da privacidade que não resultou ofendido. Improcedência do pedido inicial. Elevação da verba honorária, em atenção ao que dispõem os §§ 3º e 4º do art. 20 do C.P.C.

Vistos, relatados e discutidos os presentes Autos da Apelação Cível nº 11.027/2004, em que é Apelante DANIELLE WINISTSKOWSKI DE AZEVEDO, Recorrente Adesivo GRUPO DE COMUNICAÇÕES TRÊS S/A e Apelados OS MESMOS acordam os desembargadores da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, em negar provimento ao apelo da autora e dar provimento ao recurso da ré, nos termos do voto do relator.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2004.

  
Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO  
Presidente e Relator - c/voto



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO



**17ª CÂMARA CÍVEL**  
**APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004**  
**APELANTE: DANIELLE WINITSKOWSKI DE AZEVEDO**  
**RECORRENTE ADESIVO: GRUPO DE COMUNICAÇÕES TRÊS**  
**S/A**  
**APELADOS: OS MESMOS**  
**RELATOR: Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO**

### VOTO

Trata-se de ação ordinária de indenização pelos danos materiais e morais sofridos pela autora, atriz e apresentadora, a qual usa o nome artístico de Danielle Winits, pelo uso indevido de sua imagem na revista "Isto É", editada pela ré, com o objetivo de aumentar as vendas do semanário e auferir maior lucro com os seus anunciantes.

Conforme se relata na inicial, a mencionada revista, a pretexto de criticar o seriado "O Quinto dos Infernos", levado ao ar pela TV Globo, que estaria causando polêmica, ao abusar do erotismo e ridicularizar figuras históricas, teria ilustrado a reportagem com duas fotografias da autora, clonadas de cenas tiradas de episódios da minissérie, nas quais ela aparece com os seios à mostra.

Argumenta-se, na inicial, que um ponto comum dos papéis desempenhados pela autora é a utilização que esta faz da sua própria imagem, que é o seu principal instrumento de trabalho, pelo que a exploração da mesma, sem a sua autorização e sem pagamento, com indubitável intuito de lucro, violou direito personalíssimo e fundamental seu, protegido pelo art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, causando-lhe danos materiais, já que, ao posar para a revista "Playboy", exigiu padrões de alta qualidade e remuneração condigna, e, ainda, danos morais, por violar sua intimidade e sua privacidade, ferindo sua reputação, honra e dignidade pessoal.

O pleito da autora não foi acolhido pela sentença ora apelada, sob o fundamento de que a ré não publicara as fotografias da autora com o intuito de obter lucro, limitando-se a reproduzir imagens já publicadas e do conhecimento público, com intenção meramente informativa, e não de atrair leitores pelo erotismo, uma vez que isso não faz parte das características da informação.



236  
Cp.

17ª CÂMARA CÍVEL  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004

No seu inconformismo com o julgado, insiste a autora-apelante no uso indevido da sua imagem pela ré, trazendo à colação doutrina e jurisprudência que abonariam à sua tese, e enfatizando que a ré surrupiou fotos de cenas que faziam parte do seu trabalho para a televisão, para revelá-las, indiscriminadamente, para o público em geral, assim aumentando a vendagem da revista e obtendo lucros maiores à sua custa.

O direito à imagem, constitucional e legalmente protegido, apresenta duas facetas, quais sejam, a de direito de personalidade, por se relacionar com a moral do indivíduo, e a de direito patrimonial, porque somente a ele, ou com o consentimento dele, é dada a sua exploração com o intuito de lucro.

A revista "Isto É", como é da característica das publicações semanais, além de reportagens sobre assuntos momentosos, nas áreas nacional e internacional, e entrevistas com pessoas que possam parecer interessantes, possui seções diversas, relacionadas com artes e espetáculos, compreendendo música, cinema, televisão e, eventualmente, outros assuntos que se incluam no tema, além de cultura, com comentários sobre livros lançados etc.

Certamente não se trata de revista de apelo erótico, conquanto se possa imaginar que, eventualmente, ela, como qualquer outra, possa vir a usar de tal expediente, para alavancar vendas e incrementar anúncios, com isso auferindo maiores lucros.

A autora, por sua vez, é uma conhecida atriz, de beleza exuberante e, portanto, vistosa, o que a leva, a par dos seus dotes artísticos, a explorar seu aspecto físico, tendo amplo direito de dispor da sua imagem com o bem queira e de preservar tal uso.

Na sua edição nº 1.686, de 23 de janeiro de 2002, na seção destinada a comentários sobre televisão, a revista publicou artigo comentando o seriado "O Quinto dos Infernos", encimado por duas fotografias, ambas de pouca nitidez, não tiradas diretamente, mas de imagens congeladas de determinado episódio, em que a autora aparece com os seios nus.



237  
CP

17ª CÂMARA CÍVEL  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004

Pode-se discordar dos comentários do articulista sobre o seriado, nos quais sobressai azedo humor e suspeito pundonor, quando se considere que o seriado apenas satiriza personalidades e momentos históricos, certamente com forte dose de erotismo, sem que, todavia, o mesmo tipo de crítica, quanto a esta última faceta, se veja sobre episódios de extrema violência, que, diariamente, são expostas na televisão, inclusive, em desenhos animados, como se, afinal, o sexo seja mais perigoso do que a força bruta.

Contudo não se vislumbra na publicação das fotos da autora exploração não autorizada da sua imagem, com o intuito de lucro.

Basta atentar para o fato de que na capa da revista, ou sequer no seu índice, não existe qualquer chamamento para o artigo e as fotografias que o ilustram, ou mesmo menção ao nome da atriz. Acresce, ainda, a circunstância de que, justamente por serem fotos de imagens congeladas da televisão, carecem elas de nitidez, afastando qualquer apelo erótico.

Por outro lado, as imagens publicadas, quando menos, já eram do conhecimento de um público muito maior do que o universo de leitores da revista.

Finalmente, a autora, justamente em razão do trabalho que desempenha, tornou-se uma personalidade pública, o que não significa que não tenha o direito de preservar a sua privacidade e a sua imagem, mas implica também que, em certas circunstâncias, justamente em face do interesse geral que desperta, fotos suas, sem cunho apelativo ou de lucro, possam ser publicadas sem a sua autorização.

Imagine-se, por exemplo, que determinando jornal ou revista, na sua seção de esportes, ilustrando reportagem sobre um jogo de futebol, publique fotografia da cena de uma falta violenta praticada por um jogador, ou de uma jogada que chame a atenção por sua beleza plástica, ou de um gol que tenha decidido a partida. Não se pode concluir, em qualquer dessas hipóteses, que o jogador teve explorada a sua imagem sem a sua autorização, até mesmo se houver intuito de lucro da publicação, pois o jogador ali está sabendo que será fotografado e exibido, e que jornais e revistas aumentam suas tiragens publicando cenas de jogos de futebol.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

238  
238

17ª CÂMARA CÍVEL  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004

Na hipótese presente, como visto, não houve exploração da imagem da autora sem a sua autorização, com ou sem intuito de lucro, mas apenas a publicação de fotos suas como simples ilustrações de uma crítica, sem qualquer apelo erótico, pelo que não se vislumbram os danos materiais e morais por ela reclamados.

No que concerne ao recurso adesivo da ré, pugnando pela elevação da verba honorária, fixada pela sentença em 10% sobre o valor atribuído à causa, o que corresponde a R\$1.000,00, assisti-lhe razão, pois o decisum não atendeu ao disposto no § 4º do art. 20 do C.P.C., que remete às diretrizes do § 3º, colocando a ré em um plano de desigualdade, se se considere que, caso tivesse restado vencida, arcaria com honorários de muito maior vulto, incidindo o percentual sobre o valor da condenação.

Eleva-se, assim, a verba honorária para R\$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo a correção monetária a partir da data ajuizamento da ação (Lei nº 6.899/81, art. 1º, caput e seu § 2º) e os juros de mora desde a data da citação inicial, nesse ponto sendo reformada a sentença.

Estas as razões pelas quais o meu voto é no sentido de negar provimento à apelação da autora e, para o fim já assinalado, dar provimento ao recurso adesivo da ré.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2004.

**Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO**  
**Relator**

*Participaram também deste julgamento os*

Des. Raul Celso Lima e Silva  
Des. Severiano Aragão

*Secretaria da 17ª Câmara Cível*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

17ª CÂMARA CÍVEL  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004  
RELATOR: Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO

Embargos de Declaração. Acórdão  
que não se ressente de omissão.  
Embargos rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de declaração na Apelação Cível nº 11.027/2004, em que é embargante **DANIELLE WINITSKOWISKI DE AZEVEDO** acordam os desembargadores da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade, em rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2004.

  
Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO  
Presidente e Relator - c/voto

Participaram também deste julgamento os  
Des. Raul Celso Lima e Silva  
Des. Severiano Aragão

Secretaria da 17ª Câmara Cível



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA  
APELAÇÃO CÍVEL Nº 11.027/2004

### RELATÓRIO

Embargos de Declaração deduzidos pela primeira apelante, em face do acórdão prolatado no julgamento da Apelação Cível nº 11.027/2004.

Alega a embargante, para efeito de prequestionamento, que o acórdão de fls. 234/348 omitiu-se no que respeita ao art. 159 do Código Civil de 1916.

Os embargos são tempestivos.

É o relatório.

### VOTO

O acórdão embargado não se ressentir de qualquer omissão, resultando claro do seu contexto, não sendo necessário para isso a menção expressa do dispositivo legal invocado pela embargante, que a conduta da ré não se revestiu de qualquer ilicitude.

Pelo exposto, o meu voto é no sentido de rejeitar os presentes embargos de declaração.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2004.

  
**Des. FABRÍCIO PAULO B. BANDEIRA FILHO**  
Relator